Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo

*Stronger Objectivity for Sciences From Below*¹

Dra. Sandra Harding

Distinguished Research Professor, Graduate School of Education and Information Studies –
University of California

sharding@gseis.ucla.edu

Tradução: **Dra. Rebeca Furtado de Melo**

Departamento de Filosofia do Colégio Pedro II

rebecafurtado7@gmail.com

Revisão: **Ana Carolina Dantas**

Grad. em Letras - Inglês (UERJ)/ Esp. em tradução de Inglês

anacarinapdantas@gmail.com

Recebido em: 17/03/2019

Aceito em: 08/04/2019

1 Problemas em relação à “boa pesquisa.”

A partir de discussões feministas dos anos 1970 e 80 surgiu um critério de distinção para a maximização da objetividade na pesquisa. Tal critério precisava ser mais forte do que o que prevalecia, na medida em que o anterior havia permitido que posições e práticas sexistas e androcêntricas moldassem parte das melhores investigações em biologia e nas ciências sociais. Certamente se poderia esperar que valores e interesses sociais diversos influenciassem os resultados de projetos de pesquisa que não seguissem métodos mais rigorosos. Contudo, a “má ciência” não é o foco principal desta crítica. Os projetos em questão cumpriam os padrões estabelecidos para pesquisa em suas disciplinas, quer quantitativa ou qualitativa. O problema consistia em que a “boa ciência” carecia de recursos metodológicos para detectar posições e práticas sexistas e androcêntricas amplamente utilizadas que moldaram determinados resultados de pesquisas.²

1 Este artigo (com exceção do “posfácio”) foi publicado como o segundo capítulo em meu livro *Objectivity and Diversity: Another Logic of Scientific Research* [Objetividade e Diversidade: outra lógica para a pesquisa científica]. Chicago: University of Chicago Press, 2015. Uma versão inicial deste capítulo foi publicado como “Objectivity for Sciences from Below” [Objetividade para ciências exercidas a partir de baixo] em *Objectivity in Science: New Perspectives from Science and Technology Studies* [Objetividade na ciência: novas perspectivas para os estudos da ciência e da tecnologia], Flavia Padovani, Alan Richardson and Jonathan Y. Tsou, Eds. Dordrecht: Springer, 2015.

NT: Agradeço à Profa. Sandra Harding a resposta generosa e atenciosa e o envio deste artigo para ser publicado aqui. Agradeço ainda por ela ter providenciado a autorização para a publicação desta tradução, seguida de seu original.

2 Para exemplos deste tipo de defesa nas pesquisas feministas iniciais, ver Bleier 1979, Brighton Women and Science Group

Seria o critério da neutralidade valorativa³ o único razoável para garantir a objetividade de uma pesquisa? A maioria das pessoas pensa que sim. Apesar de ter havido insinuações anteriores de problemas profundos com tal padrão vigente, pelo menos para as ciências sociais (e.g.; Bernstein 1982), nenhuma alternativa viável havia sido proposta. No contexto do movimento feminista da década de 1970, algumas vezes se levantaram pedindo que o ideal de objetividade fosse abandonado. Mas essas reivindicações vieram sobretudo de um grupo de cientistas sociais bem restrito – especialmente da etnografia – para o qual as lutas para justificar os valores de pesquisas qualitativas tiveram que lidar com críticas de seus colegas que pensavam que apenas pesquisas quantitativas, supostamente neutras, quer dizer, livres de juízo de valor, poderiam ser informativas de tal forma que promovessem a confiabilidade, o poder preditivo, da pesquisa social.⁴

Por outro lado, as pesquisadoras feministas das ciências naturais e ainda mais as que trabalhavam com as ciências sociais queriam um critério mais forte e mais competente para garantir a objetividade, independentemente das pesquisas em questão serem quantitativas ou qualitativas. Elas desejavam compreender com nitidez os sistemas reprodutivos e a capacidade de raciocínio feminino, as razões de empobrecimento e exclusão das mulheres de decisões econômicas e políticas e a ilegitimidade das agressões sexuais e da violência doméstica. Elas insistiam que argumentos de relativismo cultural, frequentemente usados na antropologia, não eram aceitáveis nesses contextos.

Contudo, tais pesquisadoras tiveram que descobrir como lidar com a tensão comumente percebida entre a confiabilidade dos resultados das pesquisas e o direcionamento da mesma por razões e interesses políticos, sociais e/ou econômicos, tanto de cientistas, quanto de instituições de fomento ou financiadores das investigações. A maioria dos cientistas naturais, dos cientistas que levavam a cabo pesquisas quantitativas nas ciências sociais e filósofos da ciência não encontrava razões para duvidar que valores e interesses sociais/políticos poderiam simplesmente arruinar a confiabilidade dos resultados das pesquisas. O avanço da “ciência pura” e da “pesquisa básica” foi considerado o objetivo mais importante da boa ciência.

Mas, exatamente no que consistiam essas posições sexistas e androcêntricas identificadas pela crítica feminista, que moldaram o que era considerado o melhor da pesquisa? A literatura aqui é imensa, então, por ora, apenas alguns exemplos serão suficientes.⁵ Na biologia, na medicina e na saúde, os corpos das mulheres tendiam a ser conceituados sem considerar as suas diferenças específicas em relação aos corpos dos homens, com exceção de seus hormônios e sistema reprodutivo, sua menor complexidade física e as supostas limitações de seus cérebros. No entanto, mulheres sofreram lesões esportivas desnecessárias até que seus técnicos aprendessem a reconhecer as diferenças anatômicas que afetam suas performances. Uma metainvestigação influente de pesquisas sobre a diferença entre os sexos encontrou apenas seis diferenças significativas nas habilidades e capacidades inatas de meninas e meninos, homens e mulheres (Maccoby 1966). Os processos normais dos corpos femininos como a menstruação, a gravidez, o parto e a menopausa foram incessantemente tratados como problemas que precisavam ser geridos pelas indústrias médica e farmacêutica. O tratamento da depressão em mulheres foi medicalizado com drogas como Valium em vez de se concentrar nas causas dessas depressões, que na maioria das vezes seriam encontradas nas relações sociais opressivas. De acordo com as suposições dominantes, as crenças e os comportamentos das mulheres fizeram com que elas fossem consideradas uma espécie de homens imaturos ou uma forma inferior de humano. No entanto, biólogos e filósofos da ciência desafiaram virtualmente toda forma de inferioridade biológica atribuída às mulheres em uma rica série de pesquisas a partir do início da década de 1970.

1980, Fausto-Sterling 1994, Haraway 1989, Gilligan 1982; Harding 1987; Harding and Hintikka 1983; Hubbard, Henifin, and Fried 1982; Kelly-Gadol 1976; Lowe and Hubbard 1983, Millman and Kanter 1975; Reiter 1975.

3 NT: o termo em inglês usado pela autora é “value-free”, aqui optei por usar duas expressões diferentes para traduzir esse termo dependendo da formulação na qual ele aparece: neutralidade valorativa e livre de juízo de valor.

4 Mesmo a pesquisa quantitativa pode ser ela mesma uma questão controversa. Visões conflitivas da natureza da matemática e especialmente de campos como as estatísticas, esporadicamente põe em xeque a noção de que a matemática é ou pode ser livre de juízos de valor. (Cf. Bloor 1977, Kline 1980, Restivo 1992).

5 Uma análise mais detida de um campo particular de pesquisa – a crítica feminista das suposições que moldaram o desenvolvimento das políticas e práticas no Sul global – é realizada no capítulo 3 [da publicação original].

Nas ciências sociais, as lentes dos estereótipos de gênero nas disciplinas levaram a natureza e as atividades das mulheres a serem ignoradas como naturais ou mal-descritas. Para começar, as feministas defenderam que foram relações de gênero e não diferenças de sexo que primariamente foram responsáveis pelas condições das mulheres. Diferenças presumidamente dos sexos foram reexaminadas a partir de estudos empíricos que identificaram que a normatividade das relações sociais foi o que criou a forma supostamente “natural” do cotidiano das mulheres. Por exemplo, as atividades de “coleta diárias das mulheres” se mostraram como o principal recurso econômico para todos. Os recursos diários de tais sociedades consistiram primariamente em sementes, frutos, folhagens, raízes e pequenos mamíferos e pássaros capturados pelas mulheres. Antropólogos defenderam que a contribuição econômica da “caça dos homens” era relativamente infrequente e não garantiam as fontes diárias de sustento. As mulheres, não os homens, eram as principais “ganhadoras do pão” nas sociedades de coletores-caçadores. Economistas se dedicaram a desafiar a maneira como o “trabalho” foi conceituado de tal forma que os trabalhos de meio período, temporários e sazonais, suas manufaturas e serviços feitos em casa, o trabalho doméstico, o “trabalho de cuidar” das crianças, de parentes e outros dependentes, o trabalho sexual e o trabalho voluntário não contasse como trabalho⁶. Além disso, a maioria das contribuições antropológicas se baseavam em entrevistas e observações de homens feitas exclusivamente por antropólogos homens em sociedades não ocidentais. Frequentemente mulheres não possuíam permissão para falar com homens de fora de suas famílias. Assim, esses homens que forneciam tais informações, bem como os homens ocidentais que as recebiam, muitas vezes sabiam muito pouco sobre as atividades das mulheres e suas relações sociais. As entrevistas e observadores ocidentais tendem a projetar estereótipos de gênero ocidentais em relações sociais de outras culturas.

A teoria política assumiu que “o político” consistia apenas naquilo que homens exerciam em casas de governo, tribunais e círculos diplomáticos. Contudo, a crítica revela que relações de gênero presentes nas residências e lugares de trabalho também foram completamente estruturadas por relações de poder e autoridade. Além disso, o padrão de voto das mulheres não seguia necessária e simplesmente o de seus maridos e pais, como se presumia. Mulheres e homens possuíam interesses distintos no interior de seus lares. Benefícios para os membros da família ou para os “chefes de família” não eram equitativamente distribuídos. Assim, mulheres e homens possuíam interesses diferentes em várias questões de políticas públicas. O “voto das mulheres” se tornou importante para a determinação das políticas eleitorais. Sociólogos assumiram que as relevantes relações sociais que recebiam foco eram apenas aquelas em que os homens se engajavam pública e dramaticamente, ignorando a maioria das relações sociais das mulheres.

Linguistas mapearam os diferentes padrões de fala de homens e mulheres e as relações de poder que cada um articulava e reforçava. Psicólogos examinaram criticamente o valor ético dos direitos que fundamentaram as democracias liberais. Essa ética é o centro de conflitos entre adultos autônomos que são capazes de articular suas necessidades e seus desejos. Feministas insistiram em uma ética complementar do cuidado e da responsabilidade, originada nos desafios que as mulheres encaravam em ter que tomar decisões morais entre as necessidades de, por exemplo, uma criança pequena e um idoso enfermo que estão ambos sob seus cuidados e não são, nenhum deles, autônomos ou adultos plenamente articulados. Em cada organização disciplinar, formaram-se grupos de mulheres e coletivos de pesquisadoras feministas para desafiar as posições dominantes da disciplina e para levantar questões que haviam sido negligenciadas e para as quais as mulheres desejavam respostas. As assim chamadas questões femininas não poderiam ser simplesmente agregadas ao conhecimento sedimentado das disciplinas. A busca destas questões frequentemente contestava as posições básicas de tais disciplinas. Assim, as feministas argumentaram que reconhecer e valorar esse tipo de diversidade nos interesses e valores sociais aumentaria a confiabilidade dos resultados das pesquisas. E ao usar uma metodologia que respondesse as questões para as quais as mulheres queriam respostas, elas obteriam recursos para avançar em direção aos seus interesses e desejos. Mas no que consiste essa metodologia?

6 NT. No texto original, a autora remete ao terceiro capítulo do livro, que não será republicado aqui, para uma discussão mais detida desta questão.

Na epistemologia, na filosofia da ciência, na sociologia do conhecimento e na teoria política, as “teorias da perspectiva” (*standpoint theories*) começaram a surgir no interior deste novo movimento de mulheres nas pesquisas.⁷ Tendo como inspiração a “perspectiva do proletariado” marxista, essas teóricas argumentaram que nas sociedades estruturadas por desigualdades, o conhecimento e as crenças predominantes tendem a representar primariamente o interesse dos grupos dominantes. No entanto, esses grupos eram formados virtualmente somente por homens. Mulheres foram excluídas da participação completa – ou mesmo de qualquer participação – em tais grupos. Assim, o quadro conceitual dominante das disciplinas se baseava sem dúvida nos valores dominantes do grupo de homens. Dessa forma, os resultados das pesquisas produzidas no interior de tal quadro conceitual foram usados para desenhar as políticas sociais que “tornaram real” – instalaram na vida social – apenas o ponto de vista dos homens. Como é conhecido, Catherine MacKinnon (1983) argumentou que o “Estado é masculino” na medida em que compreende o estupro apenas a partir da perspectiva dos agressores. Quanto mais “objetiva” parece ser uma reivindicação para o sistema judiciário, menos ela representa o ponto de vista das mulheres. MacKinnon assinalou, portanto, que a “objetividade” passou a significar o ponto de vista dos homens.

Pode-se resumir o alcance de tais críticas feministas do que foi supostamente considerado como bom e maximamente objetivo nas pesquisas das ciências naturais e sociais, observando que preconceitos sexistas e androcêntricos moldaram virtualmente todas as etapas dos processos de pesquisa. Tais preconceitos delimitaram a seleção do que poderia ser considerado como problemas científicos e técnicos interessantes ou importantes e aquilo que contava como conceitos e hipóteses relevantes, que deveriam ser focados. Eles delimitaram os processos de pesquisa, determinando o que conta como evidência relevante e como interpretar os dados. Eles determinaram as conclusões extraídas dos dados e para quem os resultados das pesquisas seriam disseminados. E ainda mais importante, as mulheres não foram reconhecidas como participantes legítimas nas situações consideradas problemáticas em primeiro lugar. Como os principais pesquisadores levaram um longo tempo para reconhecer, a identificação e a consulta séria de todos os interessados importantes em um processo de pesquisa é crucial para evitar nos projetos científicos todos esses tipos de problemas listados aqui.⁸ Críticas similares foram produzidas nos projetos de ciência antirracista, anticlassista, pós-colonial ou de qualquer outro movimento social libertário.

A abordagem que leva em conta as perspectivas propõe que os pesquisadores deveriam começar suas investigações fora dos quadros conceituais dominantes – especificamente, nas vidas cotidianas dos grupos oprimidos tais como as mulheres –, a fim de obter relatos mais objetivos das relações naturais e sociais. Aqui eu tenho em vista a proposta de “objetividade forte”, que surge das teorias das perspectivas, ainda que a terminologia e a particular forma de explicar sejam minhas. Tal proposta de objetividade forte possui diversas vantagens. Como indicado, ela se inicia com o reconhecimento claro de como a ciência é na verdade praticada atualmente no mundo real. Ela não parte de um ideal abstrato que tornaria a ciência perfeita. Além disso, à luz desta situação, ela tenta identificar exatamente o solo do principal problema com as práticas convencionais que visam alcançar a neutralidade nas pesquisas: a homogeneidade das comunidades acadêmicas, que são tanto “naturais” (por exemplo, apenas homens) quanto treinadas (a partir da instrução específica de cada disciplina). Quer dizer, tais comunidades atraem e admitem apenas cidadãos de um conjunto específico de valores e interesses sociais da elite e os treina para práticas de pesquisa que levam adiante tais valores e interesses específicos. Ademais, a proposta de objetividade forte tem como foco responder questões sobre a relação entre as condições de vida dos sujeitos e as principais relações sociais que formam tais condições. Adicionalmente, ela identifica nas contribuições existentes das pesquisas dos movimentos de mulheres o que as pesquisadoras fizeram para alcançar tais sucessos e recomenda como replicá-los em pesquisas futuras. Ela se fundamenta nas “melhores práticas” existentes ao invés de em um ideal abstrato imposto de fora de

7 Artigos originais da socióloga do conhecimento Dorothy Smith, da teórica política Nancy Hartsock, da socióloga da ciência Hilary Rose, da filósofa Alison Jaggar, da historiadora da ciência Donna Haraway, da socióloga Patricia Hill Collins, e meu são republicados, junto com um número de ensaios reflexivos, em Harding 1987. Ver também meu 1986 e 1991.

8 Discussões importantes sobre essa questão com respeito a diversas formas de discriminação podem ser encontradas em Jasanoff 2005 e Reardon 2005.

tais práticas. Finalmente, suas posições e práticas estão alinhadas com os *insights* do movimento de estudos sociais (*social studies*) da ciência e da tecnologia, uma questão que será discutida adiante na seção 4. Tais características tornam tal proposta simultaneamente uma metodologia, uma epistemologia, uma filosofia da ciência e uma sociologia do conhecimento. Por isso a proposta de objetividade forte e a abordagem das perspectivas encontraram eco em tantas disciplinas.

A próxima seção explica a proposta de objetividade forte. A seção 3 expõe o que tal proposta permite e o que não permite considerando várias das críticas mais comuns a ela. A seção 4 mostra como a metodologia das perspectivas e seu projeto de objetividade forte estão alinhados com *insights* importantes do movimento de estudos sociais das ciências pós-Thomas Kuhn (1970). Esse alinhamento localiza (não intencionalmente) as poderosas ferramentas do movimento dos estudos sociais das ciências ao lado da teoria das perspectivas e de sua proposta de objetividade forte. Por sua vez, o sucesso das análises feministas fornece uma espécie de estudo de caso que falta para esse aspecto dos estudos sociais.

É necessário ainda frisar, no entanto, que a proposta da perspectiva não consiste apenas na tentativa feminista de transformar a noção de objetividade de tal forma que ela funcione de maneira mais efetiva. Essa proposta foi feita, por exemplo, por físicas como Karen Barad (2007) e Evelyn Fox Keller (1984), e filósofas como Heather Douglas (2009), Helen Longino (1990, 2002), e Miriam Solomon (2001), apenas para mencionar as mais conhecidas teóricas. Mas os projetos dessas teóricas diferem do meu. Nenhuma delas inicia seus projetos a partir do questionamento de como o conhecimento é produzido no mundo real, no qual as corporações e Estados que patrocinam e financiam a ciência delimitam muito da pesquisa científica nos países industrializados do Ocidente e do mundo inteiro. Algumas delas chegam a discutir os efeitos que tais financiamentos produzem no funcionamento da ciência. Contudo, isso não é o mesmo que iniciar a pesquisa com as questões que surgem a partir das vidas daqueles que recebem poucos benefícios e desproporcionalmente arcam com custos bastante altos no mundo real. É esse contexto da produção do conhecimento cotidiano, de cuja concepção e gerenciamento as mulheres foram excluídas, que determina muito das políticas públicas que, por sua vez, influenciam completamente a vida das mulheres. Assim, o projeto das perspectivas pretende colocar os recursos desejados para a transformação social nas mãos das próprias mulheres, bem como de políticos comprometidos em melhorar as condições das mulheres em todo o mundo.

2 O que significa “objetividade forte”?

Não existe um único significado ou referência para a noção de “objetividade”. Primeiramente, é importante reconhecer que não existe um significado único e fixo para o termo objetividade. De fato, historiadores têm mostrado como esse é um conceito essencialmente controverso. Nas sociedades modernas, tal noção segue sendo palco de persistentes controvérsias sobre alegações conflitantes de autoridade – nas políticas sociais, no âmbito jurídico e não menos na ciência. Robert Proctor mostrou como a reivindicação de neutralidade valorativa na ciência por vezes foi usada para avançar e outras para retardar o crescimento do conhecimento. Além disso, reivindicações de neutralidade foram feitas tanto a favor quanto contra tendências democráticas na pesquisa (Proctor 1991, 262). A pretensão de objetividade como neutralidade valorativa sempre foi completamente permeada por tensões políticas e sociais em determinados momentos.

Eu tenho argumentado que o ideal de neutralidade de valores precisa ser compreendido a partir de seu contexto político. A neutralidade da ciência não é uma consequência do abismo lógico entre fato e valor, nem do crescimento natural da secularização da teoria, tampouco da aplicação de métodos das ciências físicas nas ciências sociais. Ela consiste em uma reação a movimentos políticos de maior alcance, incluindo a transformação do uso da ciência por governos e indústrias, a profissionalização de disciplinas separadas e a tentativa de isolar a ciência de questões fundamentais de sua época. (Ibid. 267).

Além desses significados flutuantes, o termo também carece de um referente fixo. A objetividade, ou a incapacidade dela, foi atribuída a indivíduos ou a grupos, tais como para rejeição não elogiosa de mulheres, afro-americanos ou indígenas conhecedores de culturas não ocidentais considerados como sujeitos que tendem a interesses próprios e subjetividade. Eles são rejeitados como incapazes de produzir conhecimento confiável que homens, brancos, ocidentais ou algum outro grupo dominante pode supostamente produzir. Em outro uso, o qual Thomas S. Kuhn (1970) focou, objetividade tem sido atribuída a um tipo particular de comunidades de investigação que são características da ciência moderna. Treinados para desenvolver uma atitude cética frente às crenças recebidas, tais comunidades precisaram também desenvolver princípios de respeito e confiança mútuos para que esses cétricos não sofram por articular suas percepções críticas. Em tais comunidades, o estudante do nível mais inicial da graduação é encorajado a pensar criticamente sobre posições e alegações dominantes, que supostamente incluíam aquelas do diretor do laboratório ganhador do prêmio Nobel. Frequentemente o termo objetividade é usado para descrever os resultados das pesquisas. Os fatos produzidos são objetivos. Contudo, alguém poderia se perguntar como o uso desse termo adiciona às afirmações de que tais resultados de pesquisa são altamente confirmados. Aqui, “objetivo” parece ser um substituto para “verdade” ou verdadeiro. De fato, o filósofo Ian Hacking defendeu que termos abstratos tais como objetividade são apenas “palavras elevadoras”, que pretendem reforçar o status científico do que está em jogo.⁹

No contexto atual de pesquisa esse termo é frequentemente usado para se referir a métodos de pesquisa. Muitas vezes ele é utilizado tendo em vista técnicas de obtenção de dados tais como observação, entrevistas, enquetes, pesquisa em arquivos ou estratégias estatísticas. Mas para o que está em jogo aqui, é a *metodologia* ou a teoria do método que nos interessa. A questão é como fazer pesquisa de tal forma que simultaneamente promova a compreensão e a confiabilidade dos resultados da investigação e ao mesmo tempo responda os tipos de questões que mais importam ao grupo oprimido.¹⁰ Nos escritos das autoras que propõem as teorias de perspectiva, tais questões referentes a assuntos metodológicos são geralmente chamados de “métodos” da pesquisa, mas sempre se deixa evidente que o que está em jogo não são as técnicas de obtenção de dados, mas, ao contrário, a forma e o propósito do projeto de pesquisa.¹¹

O núcleo do compromisso da pesquisa objetiva. Mesmo o termo “objetivo” se referindo a tanta coisa é possível fornecer um referente e significado unívoco para ele? Não. Mas, se pode, pelo menos, extrair um núcleo compartilhado por esses diferentes sentidos e referentes. Uma pesquisa objetiva precisa ser justa com as evidências, justa com as objeções a ela e justa em relação à mais severa crítica que se possa imaginar, mesmo que ainda nem tenha sido formulada. Esse é evidentemente o núcleo da ideia convencional de pesquisa objetiva. Assim, a “objetividade forte” é fiel aos compromissos centrais da visão padrão apesar de rejeitar o ideal de neutralidade de valores. A objetividade forte é, de fato, “a verdadeira objetividade”: ela é mais competente em ser justa em relação a tais objetivos que a versão de objetividade que é ligada ao ideal de neutralidade de valores. Manter um foco na objetividade das metodologias de pesquisa chama atenção para como um certo tipo de ideal político e intelectual de diversidade pode avançar em direção a uma estratégia de pesquisa específica que simultaneamente promove o crescimento do conhecimento abrangente e confiável.

Como devemos operacionalizar a maximização da objetividade? Como o objetivo epistêmico/científico da objetividade se torna funcional em uma pesquisa ou, como dizem os filósofos da ciência, é “operacionalizado”? Bons métodos supostamente são capazes de identificar valores sociais, interesses e pressupostos que os pesquisadores trazem para o processo de pesquisa (além de serem supostamente capazes de eliminá-los, como iremos discutir brevemente). Se um pesquisador ou um grupo de pesquisadores diferente repete os procedimentos usados para sustentar determinada afirmação, supostamente o mesmo resultado deveria ser alcançado. Tal prática confirma a confiabilidade e a validade dos procedimentos. Contudo, se tal repetição da observação traz à tona resultados diferentes, a razão dessa diferença pode muito bem ser encontrada em

9 Hacking (1999, 21ff) está certamente correto sobre como frequentemente o termo é usado desse jeito. Contudo, como veremos a seguir, eu defendo que ainda há coisas interessantes para serem ditas sobre a objetividade dos ideais e práticas científicas.

10 Megill 1992 fornece uma lista de referências similares para o termo.

11 Como se poderia esperar, as feministas também questionaram as técnicas de coleta de dados, mas este não é o foco principal das metodologias da perspectiva.

valores, interesses e pressupostos que um ou outro observador ou grupo trouxe para a pesquisa. Certamente também podem haver outras causas, tais como diferenças na observação ou habilidades técnicas e práticas, uma população de fenômenos estudados inadvertidamente diferente, algum resíduo no tubo de ensaio ou uma falha na produção de estatísticas etc. Isso tudo torna imensamente difícil replicar processos de pesquisa de um laboratório ou campo para outro (Latour and Woolgar, 1979).

Tal procedimento de repetir os processos de pesquisa alheios funciona bem para identificar esses valores, interesses e pressupostos que diferem entre indivíduos ou grupos de pesquisa. Contudo, no caso em que valores, interesses e pressupostos são compartilhados por todos ou potencialmente todos os pesquisadores em um determinado campo, tal como, por exemplo, no caso da supremacia masculina, supremacia branca ou eurocentrismo, repetir as observações no interior desses campos não trará à tona os compromissos sociais compartilhados. Mas então, como tais valores e interesses poderiam ser detectados? Parece que os padrões habituais de pesquisa objetiva não possuem recursos autocríticos para detectar tais compromissos sociais amplamente aceitos. Esses padrões podem evidentemente apenas fornecer uma “objetividade fraca”. Eles não são competentes para produzir “uma visão a partir de lugar nenhum” que os filósofos convencionais da ciência demandaram. Atualmente, na medida em que fazer pesquisa tende a ser caro, as perspectivas que geralmente prevalecem são aquelas dos grupos já em vantagem que são subsidiadas. Consequentemente, são os pressupostos econômicos, políticos e culturais de tais grupos, intencionais ou não, que tendem a moldar o resultado das pesquisas. A “objetividade fraca” se concentra muito restritamente em maximizar a objetividade das pesquisas (como veremos em breve, em outro aspecto ela é ampla demais para promover tal ideal.)

Iniciar a pesquisa para além dos quadros conceituais dominantes. O programa de objetividade forte defende que iniciar a pesquisa “de fora” de uma disciplina pode permitir detectar os valores, interesses e pressupostos dominantes que podem ou não ser os mais aceitos, mas que tendem a servir primordialmente aos grupos sociais mais poderosos. “Dominante” pode ser usado em um sentido geográfico para se referir ao mais amplamente aceito, e esse pode ser o sentido a partir do qual algumas pessoas pensam a ciência ocidental moderna como “universalmente válida” (embora cientistas defendam que, por exemplo, as leis da física são as mesmas em qualquer lugar do mundo, e não apenas descrições de interações com a natureza desta ou daquela cultura). Aqui o termo “dominante” se refere àquilo que serve primordialmente aos valores e interesses dos grupos mais poderosos. Assim, o quadro conceitual dominante serve aos valores e interesses dos grupos mais vulneráveis apenas naqueles casos em que todos possuem os mesmos valores e interesses. Por exemplo, a medicina ocidental moderna tem servido aos valores e interesses da maioria quando nos referimos à descoberta de doenças, na medida em que tanto o rei quanto seu escravizado podem contrair sarampo ou HIV/AIDS. Contudo, ela não faz o mesmo em sua preocupação com os problemas de saúde que afetam principalmente pessoas ricas e quando produz remédios que apenas os ricos podem acessar.

Mas o que significa iniciar uma pesquisa de fora de sua disciplina? Evidentemente não é possível se colocar completamente fora de sua socialização no interior de uma disciplina pesquisada, muito menos de fora, em um sentido mais amplo, de sua própria época histórica, a fim de flutuar livremente sobre a cultura e a história, como os filósofos da ciência convencional imaginaram ser possível. Definitivamente, não há nenhum lugar em particular de onde se possa ver o mundo todo. Ninguém é capaz de obter “a visão de lugar nenhum” que Donna Haraway (1988) memoravelmente se referiu como o truque mítico de Deus¹². Contudo, encontrar ou criar apenas uma pequena distância de suposições e interesses predominantes pode ser suficiente para possibilitar que perspectivas críticas iluminem questões de maneiras novas.¹³

Como essa distância crítica pode ser conquistada e usada para maximizar a objetividade da pesquisa? Uma importante forma de fazê-lo consiste em promover a diversidade que falta nas comunidades de pesquisa. “Ações afirmativas” podem produzir benefícios científicos e políticos tanto para as comunidades como para

12 NT: Usamos essa expressão para acompanhar a tradução publicada no Brasil do artigo “SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” nos Cadernos Pagu (5) 1995, deste texto da Haraway a que a Harding se refere, ver p. 19.

13 Lembremo-nos que Kuhn (1970) observou que pesquisadores treinados em uma disciplina podem frequentemente trazer *insights* para outras disciplinas.

os indivíduos que passaram a integrá-las desta forma. Evidentemente nem todo tipo de aparente falta de “diversidade” colabora com tal projeto. Não precisamos convidar supremacistas brancos, neo-Nazis, ou os que defendem a supremacia masculina que supostamente estariam faltando a fim de promover o crescimento do conhecimento. Ainda que suas perspectivas possam utilmente ser objetos de escrutínio crítico, já estamos muito familiarizados com o tipo de suposições e metodologias que eles usam e com o resultado de pesquisas que tais perspectivas tendem a produzir. De fato, é exatamente porque tais suposições são tão frequentemente predominantes nos padrões de pesquisa que a objetividade forte é necessária para identificá-las e desalojá-las. Pelo contrário, as perspectivas dos grupos oprimidos economicamente, politicamente e socialmente é que podem trazer novidades valiosas para novos tipos de compreensão nos projetos de pesquisa. Assim, o projeto da objetividade forte problematiza a recomendação não crítica da mera diversidade dos corpos humanos – mero multiculturalismo – nas comunidades científicas. Essa é uma posição liberal amplamente utilizada que falha em reconhecer exatamente o que é científica e politicamente valioso sobre o pensamento que advém da vida dos grupos oprimidos. Mera diversidade não possui os recursos teóricos e analíticos para capturar porque as “perspectivas faltantes”¹⁴ são tão valiosas.

Outra estratégia tem sido formar comunidades alternativas de pesquisa. Todo movimento de justiça social recente tem buscado este projeto. Essas duas estratégias têm sido frequentemente combinadas nas estruturas institucionalizadas das disciplinas em organizações nos Estados Unidos. As perspectivas das pessoas empobrecidas, das “minorias” raciais e étnicas, das pessoas de outras culturas, das mulheres, das minorias sexuais e das pessoas portadoras de deficiências são talvez as perspectivas de diversidade mais amplamente utilizadas, a partir das quais as afirmações do conhecimento dominante em todas as disciplinas têm começado a ser reavaliadas. Tais grupos não foram aqueles que projetaram e hoje mantêm as políticas e práticas dominantes institucionais que os prejudicam. Tais instituições não fornecem o conhecimento e o poder que os grupos desfavorecidos necessitam para gerenciar suas próprias vidas em seus próprios termos. Consequentemente, como “os estrangeiros” nas narrativas sociológicas clássicas cujas perspectivas podem identificar coisas invisíveis para “os nativos”, pesquisadores “de baixo” podem lançar luz sobre características das instituições dominantes econômica, política, legal, educacional, ética e familiar que os grupos dominantes ou não podem ou se recusam a reconhecer.¹⁵ (Collins 1991). Além disso, diferenças nacionais frequentemente se tornam visíveis em organizações disciplinares internacionais. Atualmente, muitos dos compromissos profundamente culturais do Ocidente moderno nas ciências e suas filosofias estão também finalmente se tornando visíveis no Ocidente. Estamos começando a aprender como se respeita as perspectivas críticas sobre o Ocidente que surgem a partir do ponto de vista de situações e tradições de outras culturas. Os estudos da ciência e da tecnologia pós-colonial têm sido especialmente úteis para isso. (Harding, 2008, 2011).

Que valores e interesses promovem o crescimento do conhecimento? Em todo caso, não é suficiente simplesmente ser capaz de identificar pressupostos culturais que dão forma aos nossos projetos de pesquisa. A objetividade forte demanda interrogar também como compromissos culturais podem promover o crescimento do tipo de conhecimento que determinada comunidade deseja. A objetividade fraca possuía uma visão muito estreita focada em detectar os valores e interesses que mais poderosamente formam uma pesquisa. Por outro lado, também era muito amplamente concentrada em maximizar a objetividade. Ela exigia que todos os valores e interesses sociais originados fora dos processos de pesquisa fossem eliminados. Contudo, em nosso mundo real, não é possível que todo o conhecimento que as comunidades sociais possam desejar seja produzido por ciências financiadas primordialmente por corporações que visam ao lucro, militares ou governos imperiais. Pesquisadores podem (pelo menos teoricamente) estar completamente livre de valores e interesses sociais opressivos e ainda assim perceber que seus interesses nas assim chamadas ciência pura e pesquisa básica os levam a fazer pesquisas que sem dúvida promovem os valores e interesses dos seus patro-

14 Contudo, geralmente não é necessário, nem desejável proibir tais pesquisas. Mais produtivo é a deliberação democrática aberta e em ampla escala sobre que tipos de pesquisa melhor atendem aos objetivos das democracias multiculturais, que é um dos temas gerais deste estudo. Note ainda que essa restrição ao que deveria contar como diversidade desejável distancia a posição deste trabalho daquelas chamadas de “mera diversidade”.

15 A linguagem de “a partir de baixo” se origina no pensamento do “topo” dominante e do “fundo” governado dos sistemas sociais hierárquicos.

cinadores e financiadores. Esse tipo de situação criou o contínuo drama do dilema de físicos que trabalham no projeto da bomba atômica. Afinal, se a sustentabilidade ambiental, a erradicação da pobreza ao redor do mundo e a eliminação da desigualdade política, econômica e social fossem verdadeiramente os valores e interesses dos grupos dominantes, não apenas o que eles afirmam ser importante enquanto são pegos em práticas que deterioram o movimento em direção a esses objetivos, tais ameaças à prosperidade humana já teriam sido eliminadas há muito tempo.

Sociedades com diferentes valores e interesses produziram no passado, no presente e continuarão produzindo tipos de conhecimento sólidos que conflitam com aquele que emerge dos interesses e valores ocidentais. Tipos particulares de sociedade são coproduzidos com o tipo particular de ciência que desejam: cada um possibilita e limita o outro. Essa compreensão surgiu no seio de todos os movimentos sociais antiautoritários dos anos 1960 e em estados recentemente descolonizados. Ela foi em seguida articulada pelo campo dos estudos das ciências, para o qual nos voltaremos em breve. Os valores e interesses dos movimentos sociais antiautoritarismo, pró-democráticos parecem ser candidatos promissores a serem convocados pelas comunidades de pesquisa a fim de aumentar a abrangência e confiabilidade dos resultados das pesquisas.

Uma lógica do questionamento. Portanto, é esta “lógica do questionamento” que surge a partir do reconhecimento de como as ciências naturais e sociais são, de fato, profundamente perpassadas pelas formas de organização e práticas sociais e políticas cotidianas e especialmente por aquelas promovidas por corporações, instituições militares e nacionalismos – as forças mais poderosas no interior dos Estados e ao redor do mundo. Nossas ciências são tudo menos neutras e livres de valores e interesses. Os projetos de pesquisa que mesmo os mais bem intencionados cientistas consideram interessantes e para os quais conseguem financiamento (e a maioria dos cientistas é bem intencionada) tendem a estar alinhados com os valores e interesses dessas instituições poderosas. Assim, independentemente da intenção dos cientistas, as pesquisas científicas quando são patrocinadas e financiadas por tais instituições, se mostram ligadas apenas de forma frágil e pálida aos movimentos sociais democráticos.

Alguns leitores podem se espantar com o uso da expressão “lógica do questionamento” para caracterizar a epistemologia e metodologia da perspectiva. Tal expressão está associada com a tentativa do positivismo lógico de alcançar uma “reconstrução racional” do que eles consideraram ser a ciência ocidental moderna e sua distinta ontologia e metodologia de questionamento. Eles tentaram separar com arame farpado o “contexto de justificação”, em que uma hipótese foi testada rigorosamente para eliminar valores assumidos que poderiam ter se misturado ao pensamento científico, do “contexto de descoberta”, no qual os valores e interesses sociais evidentemente delimitam os problemas que são considerados dignos de exame científico, quais seriam os conceitos e hipóteses favorecidos e a forma dos projetos de pesquisa. A confiabilidade dos resultados de pesquisa apenas poderia ser aumentada mantendo clara a importância dessa distinção através de supervisão rigorosa do, e apenas do, contexto de justificação. A criatividade científica poderia ser sufocada, eles pensaram, se existisse qualquer tentativa de policiamento do contexto de descoberta. Afinal, pensemos sobre todos esses *insights* que surgiram acidentalmente, como o raio-x, que se mostraram valiosos posteriormente.

Tais projetos foram há algum tempo abandonados abertamente pelos filósofos da ciência, ainda que muito desse espírito continue a estimular o pensamento na filosofia e nas disciplinas de pesquisa, criando um horizonte de raciocínio sobre metodologia científica que tem sido difícil de superar. O próprio termo “lógica” sugere um único tipo de pensamento procedural ou modelo de racionalidade para o qual não haveria alternativas razoáveis. O projeto apresentado aqui se posiciona contra tais suposições e práticas.

Contudo, usamos o termo “lógica” em um sentido cotidiano para simplesmente se referir a um procedimento razoável: “Há uma lógica no fato de o esquilo enterrar sementes em meu vaso de flores.” Eu estou argumentando que a metodologia da perspectiva de fato propõe outro procedimento diferente, razoável, para conduzir as pesquisas científicas. Começar as pesquisas a partir das questões que surgem da vida dos grupos excluídos de significativa participação em projetar e gerenciar nossas instituições e práticas sociais nos permite reconhecer novos e valiosos – muitas vezes para nós, grupos privilegiados, também – tipos de questões e procedimentos que não ocorrem, ou poderiam não ocorrer, a pessoas dos grupos que planejam

e gerenciam nossos mundos sociais. Por isso, estou defendendo que temos aqui outra “lógica do questionamento científico”. Não há razões para abandonar o poderoso termo “lógica” apenas porque agora pensamos que os positivistas lógicos estavam equivocados em tomar sua reconstrução racional do processo científico como a única descrição razoável desse tipo de processo.

Uma outra questão é: qual é a relação da metodologia da perspectiva com as divisões disciplinares? Como indicado anteriormente, tal metodologia inicialmente surgiu no interior de várias disciplinas: sociologia do conhecimento, sociologia da ciência, filosofia política, epistemologia, filosofia da ciência. Abertamente ela critica a divisão convencional entre as disciplinas. Contudo, seus praticantes tendem a usá-la para criticar o quadro particular de suas próprias disciplinas. Eles pretendem transformar a sociologia, a teoria política e social, a epistemologia e a filosofia da ciência, entre outras, de maneira que elas sirvam aos interesses e desejos das mulheres, por exemplo. Consequentemente, a metodologia da perspectiva pode tomar formas diversas em diferentes contextos de pesquisa na medida em que se engaja com uma história da teoria e prática disciplinar particular, focada na relação entre experiência e conhecimento, sociedade e ciência. Nesse sentido ela é profundamente disciplinar. De fato, praticantes da teoria da perspectiva em uma disciplina frequentemente parecem não conhecer os trabalhos levados a cabo em outras disciplinas.¹⁶ Ela também é multidisciplinar, uma vez que seus praticantes regularmente usam ideias de trabalhos feministas de muitas outras disciplinas para fortalecer seus argumentos contra uma suposição particular em suas próprias disciplinas. Seja qual for a disciplina, ela abre novas possibilidades de debate sobre a relação da experiência com o conhecimento, como a teórica social Fredric Jameson (2004) mostrou. E por fazê-lo de uma forma metodológica, é também uma lógica de pesquisa transdisciplinar. Portanto, em resumo, a metodologia da perspectiva é antidisciplinar, profundamente disciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar.¹⁷

Ela também é uma epistemologia/metodologia *orgânica*. Não importa se os termos e conceitos da perspectiva e objetividade forte são usados, todos os grupos oprimidos e marginalizados “que acessam o palco” da história local ou global tendem a dizer algo como “a partir da perspectiva de nossas vidas, as coisas são distintas”. E então avançam na organização do desenvolvimento de respostas para os tipos de questões que são importantes para eles, para sua prosperidade: para se tornar um grupo “para si mesmo” em vez de somente “em si mesmo” – quer dizer, reconhecido apenas em termos determinados por outros ao invés de por si mesmos –, como formulado pelos marxistas. Essa qualidade orgânica ajuda a explicar porque a abordagem da perspectiva na produção de conhecimento apareceu de forma independente no movimento social nos últimos cinquenta anos: o movimento por direitos civis nos EUA, o movimento anti-apartheid na África do Sul, movimento de pessoas empobrecidas ao redor do mundo, o movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, das pessoas portadoras de deficiência e mais recentemente no movimento Occupy Wall Street, e na Primavera Árabe. Em cada caso, os grupos se organizaram para promover a produção de respostas para o tipo de questões sobre relações naturais e sociais que os interessam. Nesse processo, a maior diversidade na produção do conhecimento aumentou a abrangência e confiabilidade do conhecimento de todos, e essa metodologia de pesquisa, por sua vez, produziu recursos poderosos para diversos grupos progressistas.

Chocante! Que grande mudança nas relações entre pesquisas científicas e interesses sociais e políticos daqueles imaginados pelos empiristas lógicos (positivistas lógicos) que criaram as filosofias da ciência modernas durante e após a Segunda Guerra Mundial. Para eles, ciências baseadas em raça e classe se tornaram um grande problema. A ciência Nazi, que perpassa o holocausto, foi baseada no racismo e a ciência Soviética, articulada no stalinismo da coletivização dos camponeses e nas terríveis punições dos Gulags, foi baseada no classismo. Como poderiam esses filósofos, cientistas e seus estudantes dos anos

16 Compare, por exemplo, duas leituras que abordam as formulações particulares da teoria da perspectiva feita por Dorothy Smith e Nancy Hartsock respectivamente (Campbell and Manicom 1995; Kenney and Kinsella 1997). Cada uma se origina no panorama das organizações disciplinares do respectivo autor. Não há virtualmente nenhuma menção, em ambos os volumes, de que o projeto da perspectiva surgiu a partir do trabalho feminista desenvolvido, ao mesmo tempo, em outra disciplina.

17 Eu não uso o termo “interdisciplinar” porque ele tende a confundir três desses significados (todos exceto o profundamente disciplinar).

1950 e 1960, estes agora pesquisadores sênior nos departamentos das faculdades de filosofia e ciências natural e social, pensar que tendências à “diversidade” nas políticas e filosofias da ciência eram uma boa ideia? ¹⁸Aqui é importante fazer uma pausa e revisar brevemente as críticas mais comuns à metodologia da perspectiva e seu programa de objetividade forte, assim como apresentar as respostas dos teóricos da perspectiva a essas críticas.

3 Críticas e desafios

Essa noção de objetividade forte e sua metodologia da perspectiva foi amplamente disseminada por muitas disciplinas. Como indicado acima, suas práticas também foram desenvolvidas independentemente onde quer que os movimentos por justiça social tenham reivindicado a autoridade para as suas formas distintas de ver o mundo. Nos EUA e na Europa Ocidental, tantos os adeptos quanto os críticos da metodologia da perspectiva tentaram algumas vezes adequá-la a práticas metodológicas e posições epistemológicas já familiares a eles. Essa tendência frequentemente interpreta mal tanto a força quanto as limitações desta abordagem. Por outro lado, críticos contestam a abordagem da perspectiva por não fundamentar suas defesas precisamente nas filosofias da ciência antigas que a metodologia da perspectiva e a objetividade forte objetam. Além disso, algumas críticas feitas nos anos iniciais se tornaram discutíveis. Em alguns casos se compreende que as críticas interpretaram mal a proposta. Em respostas a tais críticas os teóricos da perspectiva articularam de forma mais cuidadosa seus argumentos. No entanto, outros críticos trouxeram questões interessantes que ainda não foram apaziguadas.¹⁹ Aqui irei elencar as principais críticas à teoria da perspectiva feitas pelos antifeministas e por adeptos a outras abordagens de epistemologias feministas e filosofias da ciência, assim como respondê-las.²⁰

O programa de objetividade forte introduz política em ciências que seriam valorativamente neutras? Não. Ele identifica como a política dominante já tem direcionado os projetos de pesquisa e como esses direcionamentos aparecem nos resultados das pesquisas. Além disso, mostra como outros tipos de política (antissupremacia masculina e antissupremacia branca etc.) podem de fato promover o crescimento do conhecimento.

O programa da objetividade forte promove uma “política de identidade”? Muitas diferentes questões podem estar sendo colocadas com essa pergunta. Uma é se os procedimentos de objetividade forte que “começam a partir das vivências das mulheres” (ou da vida de algum outro grupo oprimido) presumem que as mulheres compartilham algum conjunto de valores ou experiências e assim uma identidade. Em alguns casos, os pesquisadores podem de fato presumir isso. Mas nada na “lógica” da metodologia da perspectiva demanda que seja assim. É importante perceber que sempre há subgrupos dentro de um grupo oprimido a partir do qual os pesquisadores iniciarão seus projetos – como por exemplo, mãe encarceradas em prisões federais nos EUA ou estudantes na pós-graduação nas melhores universidades dos EUA. Posições sobre o que um grupo particular de mulher compartilha podem ser justificadas ou não. Obviamente a atenção para as diferenças econômicas, políticas, sociais e identidades culturais é crucial para a confiabilidade dos resultados da pesquisa.

Outra má interpretação seria considerar que a abordagem da perspectiva defende que o conhecimento

18 NT: no texto original, a autora se refere no período seguinte ao capítulo 5 do livro no qual ela discute as novas formas de pensar sobre essa questão na história da filosofia da ciência. Suprimimos tal período na medida em que aqui publicaremos apenas o capítulo 2 da obra original indicada na primeira nota.

19 Além dos volumes mencionados acima que discutem o trabalho de Dorothy Smith e Nancy Hartsock respectivamente, duas análises extensas e críticas da teoria da perspectiva por distintas feministas aparecem em *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, cada uma com respostas de teóricos originais da perspectiva (Hekman 1997, Walby 2001). Um volume recente reúne ensaios originais sobre a teoria da perspectiva e um número de leituras diversas e críticas sobre ela (Harding 2004). Análises adicionais e críticas podem ser encontradas em livros de revisão do trabalho de teóricas da perspectiva, assim como no trabalho de filosofia de empirismo feminista, tais como Grasswick 2007, Longino 1993 e Potter 2006.

20 Essa posição leva adiante a defendida em Harding 1992.

produzido por membros de grupos oprimidos é sempre correto e incorrigível.²¹ Nenhum conhecimento produzido pode ser automaticamente aquiescido. O que a teoria da perspectiva defende é que eles são corrigíveis como qualquer outro. Precisamos lembrar que a falta de confiabilidade de um conhecimento produzido não pode ser defendida mostrando que os pesquisadores possuem alguma motivação ou interesse particular ao produzi-lo. Como dito anteriormente, muito conhecimento confiável foi produzido por pesquisas financiadas por corporações e pesquisas militares, para não mencionar a saúde, meio ambiente e outras questões que são altamente motivadas.

Outra má compreensão consiste em pensar que apenas os membros de um particular grupo oprimido podem desenvolver ou usar a pesquisa ou a política da perspectiva que advém desse grupo. Por exemplo, apenas mulheres latinas ou muçulmanas podem desenvolver projetos de pesquisas que iniciem com sua vivência cotidiana. No entanto, que mulheres latinas diferem entre si em relação a classe, etnia, sexualidade, nacionalidade e assim por diante, assim como as mulheres muçulmanas. Apenas cada um de nós pode ser um especialista confiável de nossas próprias vidas? Se assim fosse, a ciência social seria impossível. Além disso, historiadores e terapeutas, para não mencionar Marx e Freud, nos mostram que em muitos sentidos nem nós mesmos podemos ser considerados especialistas de nossas próprias vidas! No caso dos movimentos sociais antiautoritários, a verdadeira questão em jogo é de fato ser capaz de mudar não apenas a consciência do grupo em si,²² mas também dos outros que possam ser convencidos a ver as relações sociais da forma em que as pessoas oprimidas veem. Estadunidenses brancos ou afrodescendentes que foram altamente educados e/ou já votavam foram recrutados para participar dos movimentos pelos direitos civis nos anos 1960, não apenas aqueles que sofreram privações extremas criadas pelas políticas e práticas dos supremacistas brancos. Evidentemente que tais participantes poderiam não ter a *mesma* experiência que aqueles que vivenciavam essa perspectiva. Possivelmente tampouco seriam tão sensíveis às formas de discriminação e opressão mais sutis quanto aqueles que as experienciaram. Contudo, grupos oprimidos *querem* que o resto de nós comecemos a pensar e pesquisar a partir das vidas cotidianas que não as nossas próprias quando pesquisamos e construímos políticas sobre cuidados de saúde, práticas familiares, políticas educacionais e outras questões. Eles *escrevem livros* e processos judiciais para mudar a forma como todos pensam e agem. Feministas sempre quiseram que os homens aprendessem a pensar sobre seu comportamento a partir da perspectiva das experiências cotidianas das mulheres e não através dos estereótipos supremacistas masculinos que direcionaram tanto das políticas e práticas públicas, assim como dos comportamentos nas relações íntimas.²³

A teoria da perspectiva defende que os pesquisadores que buscam as perspectivas econômicas, políticas e sociais dos grupos vulneráveis que não criaram, nem gerenciam as instituições dominantes, suas culturas ou suas práticas, podem ganhar recursos importantes para novas questões das pesquisas, e novas informações e visões que aumentam o escopo e a confiabilidade dos resultados das pesquisas.

A objetividade forte pode ser relevante para as ciências naturais? Elas não possuem uma salvaguarda adequada contra os vieses sociais? Essa crítica presume que eventuais elementos sociais e culturais da pesquisa

21 Em ensaios anteriores eu usei a expressão “privilégios epistêmicos” para descrever o que está em jogo na teoria da perspectiva. Eu tinha em mente a falta de credibilidade, constantemente denunciada, atribuída às falas de mulheres em denúncias de estupro e violência domésticas sofridas, das experiências sobre seus corpos compartilhadas com profissionais da saúde, dos assédios e de outros tratamentos desiguais vividos em seus postos de trabalho etc. Contudo, esse termo levou a má compreensão por parte de alguns leitores que assumiram que eu estava defendendo que tais relatos eram incorrigíveis e isso apesar de minha observação sobre como nós frequentemente revisamos nossos relatos de experiência a partir das observações de terapeutas, historiadores etc; eles são sempre corrigíveis. Posteriormente, abandonei o uso desse termo.

22 Para transformar as mulheres em um grupo “para si mesmas” (isto é, conscientes das causas estruturais de padrões em nossas vidas) ao invés de “em si mesmo” (quer dizer, como os outros nos definem).

23 As crianças, pessoas mudas, portadoras de deficiências mentais e outras que não são capazes de articular suas experiências e valores de maneira completa e plena podem desenvolver perspectivas? Aqueles que não são capazes de se organizar como um grupo por si mesmos podem? E os animais? Nós, adultos completamente capazes, podemos partir do cotidiano vivido destes grupos para desenvolver suas perspectivas? Por um lado, tais possibilidades não são capazes de assumir todos os poderes de grupos por justiça social que os teóricos da perspectiva pretendem alcançar. Por outro lado, podem existir boas razões para considerar as perspectivas como um continuum de posições possíveis com poderes variados. Essa interessante questão não pode ser levada adiante aqui.

são sempre excluídos, deixando os sucessos da física, química e biologia repercutirem como “ciências puras” ou “pesquisas básicas”. Certamente um monte de elementos sociais e culturais são removidos da vida de um projetos de pesquisa e de suas teses. Contudo, estudos levados a cabo por sociólogos, historiadores e etnógrafos sobre como uma pesquisa é organizada e como seus os resultados são obtidos na biologia, medicina, estudos ambientais, engenharia e mesmo na física e na química têm mostrado como esses processos também são co-constituídos com a sua ordem social e como vão compartilhar características sociais distintivas com eles. Com certeza não se deve esperar encontrar os tipos de características sociais óbvias, que são facilmente visíveis nas ciências focadas nas relações humanas, nas ciências mais abstratas. Mas as últimas ainda são coconstituídas com sua ordem social. Elas também podem se beneficiar de questões que surgem “em outros lugares”, como as críticas das gerações passadas e as colocações de observadores de outras culturas têm demonstrado convincentemente. Em todo caso, os movimentos por justiça social não podem esperar por uma transformação social em grande escala que permitirá a detecção de suposições errôneas amplamente sustentadas que fundamentam o que hoje são poderosas desigualdades. Ao contrário, eles defendem que tais transformações precisam ser elas mesmas aceleradas pela recusa de alegações de conhecimentos falsos e opressivos.

A objetividade forte é demasiado moderna? Ela é pós-moderna? A objetividade forte conserva muito dos quadros conceituais do Iluminismo, ou do positivismo ou do empirismo lógico? Ou, ao contrário, abandona a preocupação com a verdade e a confiabilidade do conhecimento científico produzido? O predomínio de ambas as críticas nos mostra que a metodologia da perspectiva consiste em algo distinto dos princípios de ambos os campos (Harding 2004). Ela não abandona as preocupações do Iluminismo, do Positivismo e do Empirismo Lógico de que a pesquisa precisa fazer justiça à evidência empírica, às suas mais fortes críticas e aos mais altos princípios éticos e objetivos da justiça social, como indicado anteriormente. Obviamente o que é considerado justiça em cada caso difere de geração para geração e de cultura para cultura. Os projetos da perspectiva levaram consideravelmente adiante objetivos do Iluminismo tal como eles fizeram sentido para nosso mundo atual.

No entanto, o “moderno” atualizado, que é o objetivo dos movimentos por justiça social, não é a mesma modernidade acalentada na década de 1950, muito menos em épocas anteriores. Assim, os fiéis devotos do Iluminismo e sua teoria da modernização frequentemente não ficam felizes quando a teoria da perspectiva e sua objetividade forte tentam superar as noções mais antigas do moderno. Mas como defendi em outra ocasião, ironicamente os críticos pós-modernos muitas vezes assumem alguns tipos de suposições *modernistas* que os projetos da perspectiva pretendem desafiar. Por exemplo, ao rejeitar as filosofias da ciência, os críticos pós-modernos também assumem que há um e somente um conjuntos de instituições e práticas para quais o termo “ciência” pode ser aplicado. Assim eles assumem, junto com os positivistas que eles criticam, que apenas a Ciência (moderna ocidental) pode ser considerada ciência. Eles não estão familiarizados com as discussões dos estudos científicos pós-coloniais, assim como com os principais estudos científicos ocidentais (Harding 1988). Por esses tipos de razões, discussões sobre se a teoria da perspectiva e sua objetividade forte é demasiado moderna ou demasiado pós-moderna tendem a gerar sobretudo confusões, na visão deste observador.

A objetividade forte assume ou recai em um relativismo? A objetividade forte endossa a posição de que cada grupo é “seu próprio historiador”, como Peter Novick (1988), um historiador premiado, nos desalentou? Ele estava discutindo como a disciplina da história estava perdendo sua coerência através de objeções antiautoritárias contra os padrões de objetividade livre de valores que permitiram que a história se tornasse uma disciplina. A objetividade forte abandona a importância da verdade, da liberdade de valores e da reivindicação e práticas de universalmente válidas sobre a natureza e as relações sociais? Na minha opinião, há duas formas aceitáveis de responder essa questão. Uma é argumentar, como fiz acima, que os padrões de objetividade forte simplesmente reconhecem as realidades sobre a natureza e a prática social da pesquisa que não puderam ser detectadas no passado. Por exemplo, não existe uma posição de “vista de lugar nenhum” que pudesse existir a partir da qual se pode ver toda realidade social e natural do passado, do presente e do futuro. Portanto, é necessário se beneficiar dos distintos tipos de conhecimento que podem ter sido produzidos de pontos de partida anteriormente desconsiderados. Como indicado anteriormente, novos desejos por conhecimento irão surgir para sempre, o mundo é demasiado indeterminado e demasiado complexo para permitir algo

como uma compreensão “total” da natureza e das relações sociais, e a natureza segue aparecendo para nós de formas surpreendentes. Pensemos nas placas tectônicas, nos buracos na camada de ozônio, derretimento das calotas polares, áreas “mortas” nos oceanos, e nos retrovírus²⁴. Muito dessas aparentes novas verdades requerem novos tipos de padrões e práticas científicas. Novamente, a confiabilidade de uma reivindicação de conhecimento não depende das razões que a produziram.

Mas neste ponto alguém poderia usar o termo “relativismo de princípios” para se referir à teoria da perspectiva e sua objetividade forte, tal como fez Frederic Jameson (1988). A objetividade forte não defende a tese de que todo tipo de reivindicação de conhecimento seja igualmente válido; não defende a ideia de que “vale tudo”, como Paul Feyerabend (1975) formulou em relação à questão metodológica. Ao contrário, defende o “conhecimento situado”, para usar as palavras de Donna Haraway (1988).²⁵ Isto é, a objetividade forte defende a inevitabilidade de conhecimentos profundamente conflitivos, que parecem irrepreensíveis aos olhos de seus detentores. No entanto, são as situações desses conhecedores que sempre possibilitam e limitam o que eles podem conhecer. Para sustentar essa posição podemos lembrar que a maioria das pesquisas em ciências naturais é “dirigida por missões” para melhorar a saúde, aumentar o lucro, produzir armas eficientes, combater o aquecimento global e assim por diante. Contudo, não se pensa que os resultados de tais pesquisas são inválidos uma vez que são empreendidos por tais propósitos humanos. Como mostrei em outro lugar, é mais difícil que surjam questões sobre relativismo se podemos também bloquear questões sobre o realismo científico²⁶.

A objetividade forte é demasiado ocidental? Ela é demasiado branca também? Obviamente a epistemologia aqui deste texto foi produzida em um tempo e lugar particulares para um propósito específico e dentro de um discurso disponível para seus criadores e usuários. A filósofa Uma Narayan (1989) aponta que a validação da experiência das mulheres, na qual as feministas ocidentais insistem, não pode possuir o mesmo tipo de recorte crítico em uma sociedade em que a experiência específica das mulheres já é validada. Ela mostra que na sociedade hindu os gêneros foram conceitualizados como possuindo relações complementares ao invés de relações hierárquicas. Mulheres não são inferiores aos homens nesse tipo de sistema de gênero; homens e mulheres são simplesmente diferentes um do outro. É claro que tais sociedades podem oprimir e explorar as mulheres – e de fato o fazem –, tanto quanto nas sociedades com gênero hierarquicamente organizado. Contudo, a observação de Narayan sugere que são necessárias algumas outras estratégias epistemológicas/metodológicas em tais circunstâncias.

Além disso, Narayan observa que a teoria da perspectiva e a objetividade forte foram desenvolvidas em oposição às normas positivistas na pesquisa ocidental. Porém, o positivismo não teve o status hegemônico em outras sociedades, como por exemplo a Índia, como teve em muitas ciências naturais e sociais no Ocidente. Feministas indianas enfrentam outros problemas em suas instituições de pesquisa local e precisam de ferramentas epistêmicas/metodológicas diferentes para seus projetos. Confirmando essa percepção, Chela Sandoval (1991) desenvolveu uma forma de metodologia da perspectiva que ela considerou mais útil para as mulheres não brancas dos EUA, e Patricia Hill Collins (1991) e bell hooks (1990) realizaram transformações distintas para atender suas necessidades enquanto teóricas feministas negras.²⁷

De fato, é evidente que existe uma série de outras suposições culturais específicas que caracteriza muito da obra feminista ocidental. Por exemplo, algumas feministas examinaram criticamente as especificidades da religião e dos comprometimentos espirituais do cristianismo e do protestantismo que foram identificados

24 NT: Essas questões são discutidas no capítulo 5 da publicação original, que aqui não será traduzido.

25 Note que o ensaio da Haraway no qual ela introduz este termo foi originado como um comentário ao meu *The Science Question in Feminism* do encontro da Pacific Division da American Philosophical Association.

26 NT: Aqui alteramos o texto original, na medida em que a autora se refere ao capítulo 5 subsequente do livro que aqui não será reproduzido.

27 Eu não estou sustentando que hooks e outras autoras que não se referem explicitamente à teoria da perspectiva ou à objetividade forte simplesmente retomam os argumentos desenvolvidos pelas teóricas feministas da perspectiva citadas anteriormente. Ao contrário, eu defendi desde o início que a objetividade forte e as teorias das perspectivas tendem a surgir onde quer que novos grupos de pessoas oprimidas se organizem a si mesmos (por si mesmos) avaliando criticamente a inadequação das visões dominantes. O programa da objetividade forte e sua teoria da perspectiva são “lógicas de questionamento científico” orgânicas para criar “ciências exercidas a partir de baixo”.

como incorporados em um secularismo ocidental que é também um compromisso fundacional das ciências ocidentais e suas filosofias e metodologias, incluindo as variantes feministas²⁸.

Finalmente, feministas do terceiro mundo nos EUA e em outras culturas encontraram ferramentas úteis em suas próprias tradições como Sandoval, Collins e hooks demonstraram. A metodologia da perspectiva e o programa da objetividade forte desenvolvido nos EUA e na Europa ocidental podem ser úteis fora destes contextos, mas não podem ser a única metodologia feminista útil.

Essas críticas e as respostas a elas indicam como descobrir a articulação mais útil da metodologia da perspectiva e sua objetividade forte tem sido e segue sendo um trabalho em andamento. Suas propostas se opõem a crenças profundas sobre as relações apropriadas entre a ciência e a sociedade, o conhecimento e a experiência. No entanto, suas percepções e afirmações fundamentais podem ser defendidas também ao notar seu alinhamento com argumentos surgidos dos estudos sociais da ciência e da tecnologia ao longo da última metade do século passado.

4 Alinhamentos

Uma série de insights e estratégias da metodologia da perspectiva e seu programa da objetividade forte estão alinhados com os dos campos de pesquisa dos estudos sociais da ciência e tecnologia (SSST) que teve início com publicação da *A Estrutura das Revoluções Científicas* de Kuhn (1962) e pelo trabalho de sociólogos da ciência como Jerome Ravetz. (1971).²⁹ Digo “alinhado com” na medida em que o SSST raramente levantou questões sobre as implicações de seus próprios projetos de ciência dos objetivos científicos e políticos pró-feminista, multicultural ou pós-colonial.³⁰ Os recentes estudos das “ciências exercidas a partir de baixo” que utilizam a metodologia da perspectiva, seja ela assim nomeada ou não, parecem ter pouco em comum com os estudos de laboratório que foram tão inovadores na primeira geração de sociologias, histórias e etnografias das ciências naturais. De fato, o campo do SSST parece ter sido lento em perceber a relação dos estudos pós-coloniais e feministas com seus icônicos estudos de laboratório, e mais ainda em considerá-los capazes de fazer contribuições para o tipo de temas que o SSST têm focado. E isso apesar das análises iniciais icônicas de pesquisadoras como Donna Haraway (1989), Evelyn Fox Keller (1983), e Sharon Traweek (1988).³¹ De que forma esse status icônico dos estudos de laboratório dos estudos das ciências foi em parte responsável pelo desinteresse nos movimentos sociais antiautoritários? Esses estudos foram imensamente elucidativos. Contudo, o trabalho pós-colonial, antirracista e feminista foi marginalizado, no mínimo, na maneira como o campo apresenta a si mesmo, por exemplo, em sua série de manuais e escritos.³²

Felizmente, agora tal campo se encontra no meio de uma completa transformação a esse respeito. Recentemente, tem havido uma calorosa recepção à participação na organização disciplinar deste movimento – a Sociedade para Estudos Sociais das Ciências (4S) – de pesquisadores ao redor do mundo focados em perspectivas não ocidentais sobre a produção social da ciência.³³ Contudo, pretendo mostrar que o campo já havia chegado a *insights* que, em importante aspectos, estão em relação de apoio mútuo às análises dos movimentos sociais antiautoritários.

28 NT: Suprimi a frase seguinte do texto, na qual a autora fazia referência ao capítulo 6 do livro (onde ela discute mais detidamente este tema), na medida em que o mesmo não será publicado aqui.

29 Ver, por exemplo, Jasanoff et al 1995, Biagioli 1999, Hackett et al 2007.

30 Anderson 2009 identifica vários tipos de alinhamentos entre as teorias pós-coloniais e *social studies of science and technology* (SSST). Contudo, meu foco é destacar os alinhamentos entre os defensores da “objetividade forte” por um lado – que eu defendo que aparece em todas as lutas recentes por liberação democrática – e, por outro lado, SSST.

31 Tampouco observo que as questões em Harding 1986 ou Harding e Hintikka 1983 foram abordadas em campo.

32 Para deixar explícito: não significa que os líderes da comunidade dos science studies desconheciam completamente essas questões. Ao contrário, as críticas da ciência a partir movimentos sociais antiautoritários evidenciam que parece que as pessoas que trabalhavam no SSST não ofereciam desafios ou oportunidades para que eles reposicionassem suas próprias análises.

33 Ver, por exemplo, a chamada para trabalhos do *Handbook of the Society for the Social Studies of Science* (planejado para ser publicado em 2016) no site do 4S de julho de 2013.

Aqui eu identifico apenas quatro desses argumentos dos estudos sociais das ciências que estão alinhados com o programa da metodologia da perspectiva e sua objetividade forte.

A objetividade é dinâmica; ela possui uma história. Tal alinhamento pode ser encontrado na evidência de que os ideais de objetividade e estratégias escolhidas para alcançá-los possuem uma história social; quer dizer, eles se transformam em resposta às mudanças nos métodos e objetivos científicos, assim como a partir de processos e pressões da sociedade (Daston and Galison 2007, Jasanoff, 2004, 2005, Novick 1988, Porter 1995, Proctor 1991). Os historiadores Lorraine Daston e Peter Galison mostraram como padrões de objetividade mudaram na medida em que novas tecnologias de observação foram introduzidas na produção do atlas científico nos últimos séculos. Por exemplo, a introdução da fotografia e de outros transcritores mecânicos da regularidade da natureza há um século e meio permitiram uma nova noção de objetividade que Daston e Galison se referem como objetividade mecânica. Com essa transformação a objetividade deixou de estar articulada com o objetivo de “fidelidade à natureza” que caracterizava as anteriores belas gravuras de espécie de plantas que podemos encontrar em atlas.

Nesta posição, a objetividade se torna mais uma das características dos ideais de pesquisa a perder sua aura de validade universal e passa a ser localizada em um contexto histórico particular.³⁴ Assim, o recente surgimento de práticas de objetividade forte no contexto de aumento da demanda dos Estados e suas ciências para dar conta das necessidades e desejos dos movimentos por justiça social pode ser contextualizado como apenas mais um momento da história desse ideal de pesquisa. Mostrar que a objetividade possui uma história é um exemplo de uma tendência mais ampla nos estudos das ciências para “desconstruir” o ideal de suposta validade universal das filosofias das ciências ocidentais, identificando suas especificidades históricas.

As ciências e as sociedades que as produzem são coproduzidas ou coconstituídas. Esse tema central do SSST foi mencionado em outra ocasião.³⁵ Steve Shapin e Simon Schaffer (1985) introduziram no SSST a imagem de coconstituição ou coprodução das ciências e suas sociedades. Eles o fizeram estudando as correspondências entre Hobbes e Boyle como duas figuras influentes que lutaram para trazer à existência democracias e ciências distintamente modernas respectivamente. Em seguida, Sheila Jasanoff (2004, 2005) demonstrou como diferentes preocupações nacionais e culturas políticas requereram estratégias diversas para assegurar decisões sobre a objetividade da biotecnologia na Alemanha, Inglaterra e EUA. Na Alemanha, a memória das hediondas decisões políticas e científicas dos fascistas fizeram com que os líderes da comunidade científica se preocupassem especialmente em assegurar que todo tipo de parte interessada esteja representada no planejamento inicial da pesquisa biotecnológica. “Nunca mais” é o lema deles. Assim, maximizar a objetividade requer que pesquisadores façam um grande esforço para alcançar perspectivas críticas sobre o planejamento da pesquisa de todos os tipos de grupo que podem ser afetados pelos resultados de tais pesquisas. Na Inglaterra, maximizar a objetividade exige que os líderes das equipes de pesquisa sejam cientistas com longa e bem-sucedida experiência em um tipo relevante de pesquisa e com caráter impecável ético. Nos EUA, a avaliação de risco e seus resultados quantitativos são considerados necessários para maximizar a objetividade porque pessoas insatisfeitas nos EUA frequentemente abrem processos judiciais e esse tipo de evidência tende a ser mais conveniente para convencer o júri. Dessa forma, Jasanoff mostrou que instituições científicas e práticas de diferentes sociedades podem apresentar diferentes padrões para maximizar a objetividade, ou, no mínimo, diferentes práticas para alcançar a máxima objetividade em um contexto político local e particular.

Essa linguagem de coprodução e coconstituição das ciências e suas sociedades foi uma substituição muito bem-vinda da linguagem anterior de “construção social” da ciência, que surgiu no momento inicial de desenvolvimento dos estudos sociais da ciência e tecnologia. A linguagem da coconstrução possui inclusive uma melhor adequação ao argumento de Thomas S. Kuhn de cinco décadas atrás de que mesmo as melhores ciências apresentam uma “integridade” com sua era histórica; elas fazem suposições e focam

34 Conferir Shapin 1994 sobre verdade; Schuster e Yeo 1986 sobre método científico; Lloyd 1984 e Prakash 1999, entre outros, sobre racionalidade.

35 NT: Alteração do texto original que fazia referência ao capítulo 1 da publicação original que aqui não será reproduzido.

em problemas característicos de seu momento social particular, que não são necessariamente os mesmos de épocas anteriores ou posteriores. (Hollinger 1996, Kuhn 1962). Tais ciências podem ser autônomas em relação às suas sociedades no sentido de não terem suas agendas explicitamente direcionadas por nenhuma autoridade econômica, política ou social. Ainda que esse tipo de autonomia tenha se tornado escasso nas últimas décadas na medida em que a pesquisa se tornou mais cara e as informações se tornaram, cada vez mais, o “capital” mais importante da economia política global. Mas mesmo com esse tipo de autonomia, as ciências ainda compartilham seus valores, interesses e, como se poderia dizer, os focos de curiosidade de seu tempo. Contudo, conseqüentemente as discussões da construção social do melhor conhecimento científico parecem equivocadamente sugerir para alguns que a natureza não desempenha nenhum papel na construção social das ciências. Evidentemente, os pesquisadores do SSST nunca sustentaram tal posição ingênua. O discurso construtivista também equivocadamente sugere que “o social” de alguma forma existe fora e antes dos projetos científicos. Por outro lado, os teóricos da coprodução argumentam que o social e científico sempre estão continuamente em relação e provendo mutuamente recursos para o outro. Toda ciência sempre esteve completamente perpassada pela sua sociedade e toda sociedade perpassada pela sua ciência. Isso não quer dizer que as ciências são “enganadas” pela determinação social dos seus momentos históricos, mas, apenas que elas tendem a participar de várias questões de sua época histórica.

Contudo, bem antes da contribuição de Shapin e Schaffer, teóricos antirracistas, feministas e classistas já haviam argumentado que discriminações e resultados de pesquisas menos confiáveis eram o desfecho esperado de ciências mantidas por grupos poderosos nas sociedades organizadas hierarquicamente. Além disso, tais sociedades tendem a fornecer mais recursos para os seus grupos dominantes. Esses teóricos já insistiam que seriam necessárias mudanças nessa injusta ordem social para legitimar ciências mais precisas e mais alinhadas às relações sociais democráticas e que tais ciências, por sua vez, ajudariam a transformar essas sociedades.³⁶ Argumentos similares apareceram na literatura dos estudos sociais pós-coloniais que foram disponibilizados em inglês por volta dos anos 1980. Assim, a compreensão da coconstituição/coprodução de como as transformações ocorrem simultaneamente nas ciências e nas sociedades está alinhada com o ideal da metodologia da perspectiva e sua objetividade forte. Infelizmente, com algumas exceções importantes, o trabalho pós-colonial ainda se mantém em grande medida fora do radar dos principais estudos da ciência ocidental. Esse trabalho de coprodução mostrou as relações internas entre como vivemos e o que podemos conhecer – entre ser e conhecer. Ele desafia a antiga compreensão da história das realizações da ciência tanto da “lógica interna da ciência” quanto de como as forças externas sociais, econômicas e políticas afetam as práticas científicas. Isto é, ele se recusa a se encaixar nas categorias de histórias das ciências internalistas ou externalistas. Nessas contribuições mais recentes, “o social” atinge profundamente o que pensamos como as fundações de nosso conhecimento do mundo, um ponto a que irei retornar. Devido a essa natureza dinâmica das ciências, seus limites mudam continuamente. O que conta como natureza ou como “ciência real” em uma época frequentemente está em desacordo com os compromissos de outra época. Certamente o mesmo é válido para o que é considerado como uma sociedade democrática multicultural.

Múltiplas especialidades científicas e técnicas. Harry Collins e seus colegas (2007) mostraram que a especialidade científica tem sido muito restritiva. Ela tende a excluir uma série de não profissionais cuja *experiência* permite que eles “conheçam sobre o que estão falando”. Não estariam os produtores e usuários do conhecimento indígena incluídos aqui, como foi dito em outro lugar?³⁷ Não estaria o conhecimento das mulheres sobre nossos corpos, as necessidades de nossos dependentes, do ambiente local com o qual interagimos em nossos trabalhos também igualmente incluído? Em relação a isso, Ulrich Beck (1997) argumenta que atualmente a produção do conhecimento científico está sendo “desmonopolizada” do controle dos cientistas oficiais de uma série de formas (Harding 2008). David Hess (2007) e Karin Backstrand (2003) traçaram a importância atual de muitas formas de “ciência cívica” ou “ciência cidadã” na qual cidadãos não cientistas se

36 A filósofa Sarah Richardson (2010) oferece uma análise útil sobre as práticas institucionais (conferências, questões editoriais) na história da filosofia da ciência feminista dos anos 1970 em diante que produziu uma grande influência fora da filosofia apesar de ter sido marginalizada no interior deste campo.

37 NT: Mudança no texto original que faz referência ao próximo capítulo do livro, que não será publicado aqui.

engajam em formular questões a serem investigadas, defender o financiamento de tais pesquisas, algumas vezes mesmo coletando dados iniciais e assumindo outros aspectos da produção do conhecimento científico.³⁸

Reavaliação da intervenção. Uma questão relacionada aos estudos da ciência tem sido como a filosofia da ciência ocidental tende a supervalorizar a representação da ordem da natureza ao custo de uma apreciação adequada da importância de uma intervenção científica nela. Ian Hacking (1983) apresentou essa ideia em um estudo de grande influência. Esse argumento enfraquece a alegada superioridade das conquistas científicas teóricas sobre as práticas, e logo da inovação científica sobre a tecnológica. Nesse sentido, saber fazer é muito mais importante do que filósofos e cientistas preocupados com o “saber algo” poderiam reconhecer. Recentemente, alguns filósofos da ciência iniciaram suas pesquisas a partir da vida de conhecedores indígenas a fim de identificar as práticas que tão poderosamente desenvolveram seus sistemas de conhecimento.³⁹ Novamente, este trabalho usou a metodologia da perspectiva, sem nomeá-la assim, para fazer mais justiça a evidências disponíveis de sistemas de conhecimento não ocidentais.

Tenho defendido nesta seção que embora o argumento da metodologia da perspectiva possa não ser familiar para os filósofos e para o campo do *social studies of science*⁴⁰, de fato muitos temas do campo dos estudos da ciência e da tecnologia estão alinhados com as teses da perspectiva. Tais alinhamentos podem dar suporte para a razoabilidade dos argumentos da perspectiva e podem chamar atenção para os silêncios nas contribuições dos estudos da ciência sobre a relevância da obra feminista para tais projetos do *science studies*.

5 Uma nova harmonia de várias ciências conflitantes?

Que tipo de ciências desejamos para as atuais sociedades multiculturais e democráticas? Que tipo realmente almejamos para um Ocidente que já está encontrando “descentralização” repetidamente na economia política global de hoje em dia? Essas não eram questões levantadas por filósofos da ciência influentes há uma ou duas gerações atrás. Contudo, muitos de nós compartilhamos com tais legados intelectuais e políticos o compromisso de desenvolver sociedades mais justas e socialmente responsáveis e os tipos de ciências que possam servir a esses objetivos. Compartilhamos o desejo de trabalhar cooperativamente em contextos locais e internacionais. Compartilhamos o conhecimento valioso de como nosso mundo realmente funciona – de quais são suas regularidades e as tendências causais ocultas. Podemos nos comprometer com um novo tipo de “mundo das ciências” através de estratégias de como maximizar e harmonizar os benefícios científicos e políticos de múltiplas questões científicas, conceitualizadas a partir de múltiplas perspectivas sociais, com uma multiplicidade de métodos úteis. Tal harmonização não deve nunca visar a uma única “teoria de tudo”; ela não deve visar a uma “singularidade”⁴¹, na medida em que trabalhar visando a tal objetivo sempre resulta no silenciamento de vozes dissonantes. Ao contrário, o desejo por “harmonia” precisa ser sempre parcial, tentante e frágil, criado através de negociações e compromissos. Sem dúvida, negociações e compromissos já ocorrem no interior das práticas das ciências ocidentais de hoje em dia. Talvez a literatura de negociação de conflitos tão útil para melhorar relações laborais, relações internacionais e relações maritais poderia ser benéfica para as filosofias da ciência também! Com certeza, todos nós compreendemos que queremos justificadamente estar confiantes de que nossos pilotos de aeronaves e cirurgiões cardíacos estão fazendo absolutamente o melhor possível sob as condições em que se encontram. Desejamos que eles se mantenham o mais próximo possível de verdades absolutas e universalmente válidas, ainda que saibamos que nada disso é de fato possível, e que tudo que os métodos científicos sempre podem produzir são teses que julgamos ser menos falsas (por enquanto) que todas as demais até agora testadas.

38 Para exemplos clássicos, ver Epstein (1996) e *the Boston Women's Health Collective* (1970).

39 Ver, por exemplo, James Maffie (2009) David Turnbull (2000), Helen Verran (2001) e Helen Watson-Verran e David Turnbull (1995), assim como meus 1998, 2008, 2011.

40 Ver, contudo, Elam e Juhlin 1998.

41 NT: parte do texto foi suprimida na medida em que fazia uma referência aos capítulos seguintes que não serão publicados aqui.

Como poderíamos simplesmente alcançar tais objetivos no mundo atual requer discussão pública em contextos local e global. Termos e conceitos não familiares podem ser tornar compreensíveis através da discussão pública de seus benefícios e limitações (como, por exemplo, genes, placas tectônicas, biodiversidade, buracos na camada de ozônio e buracos negros no espaço). Na medida em que agora podemos ver que as ciências e suas sociedades são coconstituídas, podemos tentar partir do lado das sociedades da coconstituição dos movimentos sociais por justiça social para identificar os ideais e as estratégias de pesquisa que defendem objetivos científicos e políticos progressivos, ainda que múltiplos e frequentemente conflitantes. Adotar tais ideais e estratégias irá, por sua vez, desenvolver tanto as ciências quanto suas sociedades. Tais projetos levantam questões intrigantes, mas são estas que possuem relevância e nas quais podemos nos focar. A objetividade forte e sua teoria da perspectiva fornecem um caminho útil para iniciarmos tais projetos.

Posfácio: fevereiro de 2019

Desde junho de 2016, segui meu próprio conselho acima e ajudei a criar uma revista inovadora: *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*. Essa revista é um projeto da perspectiva que tem trazido contribuições originais não apenas para o pensamento latino americano, mas também, com a mesma importância, para os estudos internacionais da ciência e da tecnologia.

Tapuya publica artigos e resenhas em inglês, com resumos em espanhol e português. Ela é publicada por uma das mais bem conceituadas editoras do norte, Routledge/Taylor and Francis, apesar de todas as suas decisões editoriais serem tomadas por seu corpo editorial latinoamericano. A revista está disponível apenas eletronicamente e é *Open Access*, embora qualquer autor, do norte ou do sul, que não tenha sua pesquisa financiada possa pedir e irá obter isenção de taxa. Na medida em que são os autores e não assinaturas de bibliotecas ou individuais que financiam a revista, qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, pode fazer o *download* de qualquer artigo da revista gratuitamente. No momento, ela possui o entusiástico volume 1 de 2018 e mais de duas dezenas de manuscritos para o próximo volume 2 de 2019 que já está atualmente em seu processo editorial e de produção.

Submissões de artigos e resenhas sobre questões de interesse da América Latina são bem-vindas, independentemente da localização de seus autores ao redor do mundo.

Referências

- Adams, C., Gruen, L. (2014): "Groundwork", in Adams, C., Gruen, L. (eds.) (2014): *Eco-feminism. Feminist Intersections with other Animals & the Earth*, New-York-London: Bloomsbury, pp. 7-36.
- Amorós, C. (1997): *Tiempo de feminismo. Sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad*, Madrid: ed. Cátedra, Col. Feminismos.
- Balza, I., Garrido, F., (2016): "¿Son las mujeres más sensibles a los derechos de los animales? Sobre los vínculos entre el animalismo y el feminismo", en *ISEGORÍA. Revista de Filosofía Moral y Política*, nº 54, enero-junio, pp. 289-305.
- Bianchi, B. (2015): "¿Es compatible la ciencia con la ética? El pensamiento de las sufragistas antiviviseccionistas del siglo XIX", en A. Puleo, G.A. Tapia González, L. Torres San Miguel, A. Velasco Sesma, (coords.) (2015), *Hacia una cultura de la sostenibilidad. Análisis y propuestas desde la perspectiva de género*, Ed. Departamento de Filosofía de la Universidad de Valladolid y Cátedra de Estudios de Género, pp. 41-64.
- Bowerbank, S. (2004): *Speaking for Nature. Women and Ecologies of Early Modern England*, Baltimore: The John Hopkins University Press.
- Collard, A. (1988): *Rape of the Wild*, London: The Women's Press Limited.
- D'Eaubonne, F. (1997): "La época del ecofeminismo", en: M.X. Agra (1997), *Ecología y Feminismo*, trad. A. C. Rodríguez Buján, Granada: Ecorama.
- Desblache, L., *Laplume des betes. Les animaux dans le roman*, Paris: L'Harmattan.

- Donovan, J. (2014): «Participatory Epistemology, Sympathy, and Animal Ethics», en: C. Adams, L. Gruen (eds.) (2014), *Ecofeminism. Feminist Intersections with other Animals & the Earth*, New-York-London: Bloomsbury, pp. 75-90.
- Donovan, J. (2016): “La voz de los animales: una respuesta a la reciente teoría francesa del cuidado en ética animal”, *Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales*, Año III, Vol. II, pp. 63-84.
- Fox Keller, E. (1991): *Reflexiones sobre género y ciencia*, trad. A. Sánchez, Valencia: Alfons el Magnanim.
- Foucault, M. (1974): *La voluntad de saber*, I vol. *Histoire de la sexualité*, París: Gallimard.
- García Dauder, S., Pérez Sedeño, E. (2017): *Las ‘mentiras’ científicas sobre las mujeres*. Madrid: Ed. de la Catarata, Colección Mayor.
- González, M. I. (2004): “Creer para Ver: Primates, homínidos y mujeres”, en: VV.AA., *Mujeres Pioneras*, Col. La Historia no contada, Albacete: Editora Municipal-Instituto de la Mujer.
- Guerra, M. J., “Un vínculo privilegiado mujer-naturaleza? Rachel Carson y el tránsito de la sensibilidad naturalista a la conciencia ecológica”, en: M. L. Cavana, A. Puleo, C. Segura (coords.) (2004): *Mujeres y Ecología. Historia, Pensamiento, Sociedad*, Madrid: ed. Almudayna, pp. 119-127.
- Rodríguez Carreño, J. (2012): “Frances Power Cobbe y la lucha contra la vivisección como *causa femenina* en la Inglaterra del siglo XIX”, en: J. Rodríguez Carreño (ed.), *Animales no humanos entre animales humanos*, Madrid: Colección Dilemata, Plaza y Valdés ed., pp. 85-116.
- Haraway, D. (2004): *Testigo_Modesto@SegundoMilenio. HombreHembra@_Conoce-Oncoratón. Feminismo y tecnociencia*, trad. E. Torres, Barcelona: Ed. UOC.
- Haraway, D. (2008): *When Species Meet, Posthumanities*, Volume 3, University of Minneapolis-London: Minnesota Press.
- Hartsock, N. (1983): “The Feminist Standpoint. Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism”, en: Harding, S., Hintikka, M., *Discovering Reality. Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy of Science*, New York: Kluwer Academic Publishers, pp. 283-310.
- Knight, A. (2011): *The Costs and Benefits of Animal Experiments*, Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- López de la Vieja, T. (2015): “Cuidado y responsabilidad”, en A. Puleo (ed.) (2015), *Ecología y género en diálogo interdisciplinar*, Madrid: Plaza y Valdés, Colección Moral, Ciencia y Sociedad en la Europa del siglo XXI, pp. 157-169.
- Merchant, C. (1981): *The Death of Nature: Woman, Ecology, and the Scientific Revolution*, San Francisco: Harper and Row.
- Mies, M., Shiva, V., (1998), *La praxis del ecofeminismo. Biotecnología, consumo y reproducción*, trad. M. Bofill y D. Aguilar, Barcelona: Icaria.
- Ortner, S. (1972): “Is Female to Male as Nature is to Culture?”, *Feminist Studies*, Vol. 1, No. 2 (Autumn, 1972), pp. 5-31.
- Ortner, S. (1996): *Making Gender: The Politics and Erotics of Culture*, Boston: Beacon Press, 1996, pp. 173-180.
- Puleo, A.H. (2000): *Filosofía, Género y Pensamiento Crítico*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Valladolid.
- Puleo, A.H. (2011): *Ecofeminismo para otro mundo posible*, Madrid: ed. Cátedra, Col. Feminismos.
- Pérez Sedeño, E., Ortega Arjonilla, E. (eds.) (2014): *Cartografías del cuerpo. Biopolíticas de la ciencia y la tecnología*, Madrid: ed. Cátedra, Col. Feminismos, pp. 7-46.
- Prendergast, B.J., Onishi, K.G., Zucker, I. (2014): «Female mice liberated for inclusion on neuroscience and biomedical research», *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, vol. 40, March, pp. 1-5.
- Roldán, C. (2013): “Ni virtuosas ni ciudadanas: inconsistencias prácticas en la teoría de Kant”, *Ideas y valores*, vol. LXII, suplemento nº 1, Bogotá, pp. 185-203.
- Shiva, V. (1995): *Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo*, trad. Instituto del Tercer Mundo de Montevideo (Uruguay), Madrid: ed. horas y Horas.
- Tafalla, M. (2013): “La apreciación estética de los animales. Consideraciones estéticas y éticas”, en *Revista de Bioética y Derecho* nº 28, pp. 79-90.
- Thomas, J. (2013): «Unpatients: The Structural Violence of Animals in Medical Education», *Journal for Critical Animal Studies*, Volume 11, Issue 1, pp. 46-62.